



ACÓRDÃO Nº540/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11310/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Benjamin Constant.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** Adonias Carvalho Santana (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICREA E DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2824/2019-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Benjamin Constant. Exercício de 2016.

Regularidade com ressalvas. Multa.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual do **Sr. Adonias Carvalho Santana**, Presidente da Câmara Municipal de Benjamin Constant, exercício de 2016, nos termos do art. 22, inciso II c/c o art. 24, ambos da Lei nº 2423/96;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Adonias Carvalho Santana** no valor de **R\$ 5.120,40** (Cinco mil, cento e vinte reais e quarenta centavos), pelo atraso no envio dos balancetes mensais de Janeiro, Fevereiro e Março, sendo o valor de **R\$ 1.706,80 por mês de competência**, restrição elencada no Relatório/Voto e no Relatório Conclusivo nº 19/2018-CI/DICAMI (fls. 1190/1240) com base no art. 308, I "a" da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM:
 - 10.2.1. A multa deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE;
 - 10.2.2. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição



ACÓRDÃO Nº540/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

imprescindível para emissão do O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.3. Aplicar Multa ao Sr. Adonias Carvalho Santana** no valor de **R\$ 3.413,60** (Três mil, quatrocentos e treze reais e sessenta centavos) pelo não atendimento ao item 9.4 “a” do Acórdão nº 933/2016 – TCE – Tribunal Pleno, restrição elencada neste Relatório/Voto e no Parecer nº 2824/2019-MP-RMAM (fls. 1255/1258) com base no art. 308, II “a” da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM:

10.3.1. A multa deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE;

10.3.2. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

11- Ata: 20ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 3 de Julho de 2019.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral